

REGIMENTO INTERNO
CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICÍPIO DE
FORTIM-CE

Capítulo I

Da Competência do Conselho

Art. 1º O Conselho de Alimentação Escolar é um órgão colegiado deliberativo e de assessoramento para atuar na fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 2º Compete ao Conselho de Alimentação Escolar:

- I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- II - acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares;
- III - orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios, nos depósitos da EE (Entidade Executora) e nas escolas;
- IV - comunicar à EE a ocorrência de irregularidades em relação aos gêneros alimentícios, tais como: prazo de validade vencido, deterioração, desvios e furtos, dentre outros, para que sejam tomadas as devidas providências;
- V - divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferidos à EE;
- VI - acompanhar a execução físico-financeira do Programa, zelando pela sua melhor aplicabilidade;
- VII - comunicar ao FNDE e ao Ministério Público Federal qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, em especial aquelas de que tratam os incisos II a IV do artigo 25 da Resolução nº 32 de agosto de 2006, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
- VIII - receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora, remetendo ao FNDE, posteriormente, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo (Anexo I da Resolução nº 32), o qual deverá ser elaborado, observando o "Roteiro para elaboração do Parecer Conclusivo do CAE", acompanhado do extrato bancário da conta específica do programa;
- IX - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
- X - acompanhar a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares dos consumidores e a vocação agrícola do Município, dando preferência aos produtos "in natura";

XI - acompanhar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, verificando se há prioridade aos produtos da região;

XII - verificar se os critérios para a distribuição da alimentação escolar nas escolas públicas do município estão adequados;

XIII - solicitar dados estatísticos nas escolas públicas e na comunidade, com a finalidade de orçar e avaliar o programa no Município;

XIV - apreciar e votar anualmente o plano de ação do PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar) a ser apresentado pela Entidade Executora; Parágrafo único. A execução das proposições apresentadas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo da Secretaria de Educação e Cidadania.

CAPÍTULO II

Da Composição do Conselho

Art. 3º O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição: I - um representante do Poder Executivo e respectivo suplente indicados pelo Prefeito Municipal; II - um representante do Poder Legislativo e respectivo suplente, indicados pela mesa diretora da câmara; III - dois representantes dos professores e respectivos suplentes, indicados formalmente pelos respectivos órgãos de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, devidamente registrada em ata; IV - dois representantes de pais de alunos e respectivos suplentes, indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, devidamente registrada em ata; V - um representante e respectivo suplente da sociedade civil, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, devidamente registrada em ata. § 1º Tanto os Conselheiros Titulares como seus Suplentes são considerados membros do CAE. § 2º A função dos membros do Conselho de Alimentação Escolar do Município não será remunerada, mas os serviços prestados serão relevantes para o município.

Art. 4º O CAE terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos entre os representantes titulares dos professores, pais de alunos e da sociedade civil, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus pares, em sessão plenária especialmente convocada para tal fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez.

CAPÍTULO III

Das atribuições do Presidente

Art. 5º São atribuições do Presidente: I - coordenar as atividades do Conselho; II - convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros; III - organizar a pauta das reuniões; IV - abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho; V - determinar a verificação da presença; VI - determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes; VII - assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho; VIII - conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos

ao assunto; IX - colocar as matérias pertinentes em discussão e votação; X - anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate; XI - proclamar as decisões tomadas em cada reunião; XII - decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando o Regimento for omissivo a respeito; XIII - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho; XIV - mandar anotar os precedentes regimentais para solução de casos análogos; XV - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões; XVI - assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente; XVII - determinar o destino do expediente lido nas sessões; XVIII - agir em nome do Conselho, mantendo contatos com as autoridades com as quais vier a se relacionar por força do cargo; XIX - representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que o façam; XX - conhecer justificativas de ausência dos membros do Conselho; XXI - promover a execução dos serviços administrativos do Conselho; XXII - submeter ao Conselho as revisões do regimento interno julgadas necessárias; Parágrafo único. O vice-presidente, no exercício da Presidência do Conselho, terá as mesmas atribuições do titular.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos Membros do Conselho

Art. 6º São atribuições dos membros do Conselho: I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho; II - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho; III - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem; IV - comparecer às reuniões na hora pré-fixada; V - desempenhar as funções para as quais for designado; VI - relatar os assuntos que lhe forem atribuídos pelo Presidente; VII - obedecer às normas regimentais; VIII - assinar as atas das reuniões do Conselho; IX - apresentar ratificações ou impugnações às atas; X - justificar seu voto, quando for o caso; XI - apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições; XII - proceder a visitas periódicas nas escolas públicas do município agendadas previamente nas reuniões do Conselho se reportando ao Presidente, para qualquer denúncia sobre eventuais irregularidades. § 1º As visitas dos conselheiros nas escolas públicas do município devem ocorrer, no mínimo, com a presença de dois membros do CAE, devidamente identificados. § 2º As atribuições dos membros Suplentes são idênticas às dos Titulares.

CAPÍTULO V

Dos Serviços Administrativos do Conselho

Art. 7º A Secretaria Educação e Cidadania proverá todo o apoio administrativo necessário para que o Conselho de Alimentação Escolar exerça as atividades de sua competência, em especial, provendo um local para as reuniões do Conselho. § 1º Ao Secretário do CAE caberá: I - secretariar as reuniões do Conselho; II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência; III - preparar as pautas e atas das reuniões; IV - providenciar os serviços de digitação e impressão; V - distribuir aos membros do Conselho as pautas e atas das reuniões, os convites e as comunicações. § 2º Qualquer membro do Conselho poderá substituir o Secretário, quando este estiver ausente, a ser escolhido entre a maioria simples dos membros presentes nas reuniões do período em que ocorrer a ausência.

CAPÍTULO VI

Das Reuniões

Art. 8º As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar serão realizadas normalmente na sede da Secretaria de Educação e Cidadania, podendo, entretanto, por decisão de seu Presidente ou do Plenário, realizar-se em outro local.

Art. 9. As reuniões, com duração mínima de 1(uma) hora, serão: I - ordinárias, preferencialmente na semana no período da manhã de cada mês, sendo, no mínimo, 10(dez) reuniões ao ano; II - extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente, mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 10. As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade dos seus membros, sendo titulares ou seus suplentes. § 1º Se, à hora do início da reunião, não houver quórum suficiente, será aguardada durante 15 (quinze) minutos a composição do número legal. § 2º Esgotado o prazo do parágrafo anterior, sem que haja quórum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, a ser realizada no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da hora prevista de início da reunião não realizada. § 3º A reunião de que trata o § 2º será realizada com qualquer número de membros presentes.

CAPÍTULO VII

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 11. A ordem do trabalho, nas reuniões, será a seguinte: I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior; II - expediente do Presidente; III - expediente dos Conselheiros; IV - ordem do dia. Parágrafo único. A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário, quando sua cópia tiver sido distribuída previamente aos membros do Conselho.

Art. 12. O expediente do Presidente se destina à leitura da correspondência e de documentos recebidos, avisos, comunicados e comentários ou apreciações que julgar pertinentes e oportunas.

CAPÍTULO VIII

Das Discussões

Art. 13. A discussão é fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário.

Art. 14. As matérias apresentadas durante a ordem do dia poderão, por deliberação do plenário, ser discutidas e votadas na reunião seguinte.

Art. 15. Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas conforme dispõe este Regimento ou normas expedidas pelo Conselho. Parágrafo único. O encaminhamento das questões de ordem não previstas será feito de acordo com o que dispõe o inciso XII do Art. 6º deste Regimento.

Art. 16. Encerrada a discussão, o Presidente poderá conceder a palavra a cada membro do Conselho, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada, para encaminhamento da votação.

CAPÍTULO IX Das Votações

Art. 17. Encerrada a discussão e após a manifestação de cada membro, quando concedida pelo Presidente, a matéria será submetida à votação.

Art. 18. As votações deverão ser nominais. Parágrafo único. A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho manifestarem-se, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição.

Art. 19. Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votaram favoravelmente e quantos foram contrários à proposição. Parágrafo único. Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 20. As decisões do Conselho de Alimentação Escolar serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos presentes, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

CAPÍTULO IX

Das Atas

Art. 21. A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho, e deverá registrar as decisões do Conselho. Parágrafo único. As atas devem ser escritas sem lacunas e sem rasuras, com páginas numeradas e assinadas pelo Presidente do Conselho e demais membros.

Art. 22. As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes à reunião.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais

Art. 23. As decisões do Conselho que criarem despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art. 24. O Regimento Interno do Conselho poderá ser revisto e alterado, sempre que necessário, com aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 25. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação dos termos do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

Art. 26. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Fortim, 26 de maio de 2022.